

RESENHA

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José R.
A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico C.1790- C.1850.
1.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

Raquel Cristina Monchelato¹

¹Graduanda em História no Centro Universitário Unisa-
grado. Resenha realizada
para a disciplina de História
da África II, sob a orientação
da Prof^a Dr^a. Lourdes M. G.
C. Feitosa.

A Paz das Senzalas, livro de Manolo Florentino e José Roberto Góes, traz à tona a pesquisa historiográfica dos autores sobre os laços e relações familiares entre escravos africanos e o tráfico transatlântico no Brasil, tendo seu foco na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente no agro fluminense.

O livro se inicia com um prólogo que relata a história do crioulo Marcelino que, ao receber sua carta de alforria (após a morte de seu antigo senhor), foi morar em outra fazenda com sua mãe e esposa, mas se vê obrigado a deixar seus dois filhos como cativos do herdeiro. Marcelino não lida bem com essa condição e acaba assassinando seus próprios filhos, pois não aceita que eles continuem e sofram como escravos. Essa pequena introdução tem o objetivo de mostrar os laços familiares e dilemas pelos quais passavam enquanto cativos.

O livro é dividido em três partes e oito capítulos. Em seu primeiro capítulo é tratado como a historiografia vem estudando a escravidão, a relação entre senhores da fazenda e escravos, e a importância dos laços familiares entre os cativos, tendo como foco a região do agro fluminense, de 1790 a 1850. Após o estudo de novas fontes, os autores enfatizam que foram descobertas referências sobre as dificuldades de convivência entre eles, que muitas vezes se recusavam a se relacionarem com aqueles considerados diferentes.

No segundo capítulo são apresentadas as fontes utilizadas pelos autores para a pesquisa do tema, como arquivos, correspondências, processos – crimes que envolviam os escravos e senhores, testamentos, inventários (inclusive os *post – mortem*) e livros da igreja. Os

Recebido em: 15/05/2020
Aceito em: 30/06/2020

autores utilizaram-se de gráficos e dados numéricos para exporem os números de escravos que existiam naquela região, antes e depois da proibição do tráfico pelas leis inglesas que, após serem anunciadas, fizeram com que o desembarque de escravo aumentasse consideravelmente nos portos do Rio de Janeiro, crescendo cerca de 3,5% (37.200 africanos/ano) durante os anos de 1826 e 1830, uma vez que a mão de obra escrava era considerada fundamental para que a produção continuasse. Os autores também mostram informações sobre as diversas camadas da sociedade que estavam ligadas com a escravidão, desde pequenos produtores à grandes donos de escravarias, situações que influenciavam, de modo diverso, na relação familiar dos cativos.

O desembarque excessivo de escravos africanos fez com que surtisse um desequilíbrio entre escravos homens e mulheres, sendo esse assunto tratado pelos autores no terceiro capítulo. Segundo o estudo das fontes, os escravos africanos compunham a maior fonte de desequilíbrio, pois eram a maioria nas compras (um total de 03 homens a cada 04 escravos), além de serem preferências nos grandes plantéis e empresas escravistas.

Porém, entre os anos 1826 e 1830, houve uma inversão nesta situação. Os homens se tornaram maioria nos pequenos plantéis, mas não porque o comércio aumentou e sim em razão de as mulheres terem sido retiradas e traficadas internamente para os grandes plantéis. Isso aconteceu, pois com o fim do tráfico surge a preocupação das unidades produtoras, que não podiam perder sua mão de obra e necessitavam aumentar seus números de reprodução natural, e não poderiam fazer isso com a maioria de escravos sendo homens. Sendo assim, os autores, ao trabalharem com os inventários post-mortem, mostram que houve uma valorização da mulher no mercado escravo, chegando a um aumento de mais de 10% no valor normal em libras esterlinas.

A análise de inventários e processos também informam como funcionavam as relações e laços familiares entre os escravos que viviam nos plantéis, sendo esse o tema do quarto capítulo. O sentimento de pertencimento a uma família, para os escravos, ia dos relacionamentos (quase casamentos) a apadrinhamentos de crianças entre conhecidos.

Os laços eram conhecidos socialmente e algumas vezes se davam por meio de práticas nominativas, sendo esses nomes da própria família ou de padrinhos (escravos ou livres), embora sejam escassas as fontes que demonstrem nomes iguais entre familiares, uma vez que a maioria dos documentos prioriza as famílias primárias. Quando os filhos (meninos) recebiam o nome dos pais, o lado paterno era sempre privilegiado, como um gesto simbólico, uma vez que homens

eram mais vendidos entre os escravos e ao receber o nome do pai, o laço entre o cativo e sua família se manteria.

O uso de gráficos e tabelas demonstra o crescimento das famílias, resultado do aumento dos plantéis. Os escravos viam nas famílias uma forma de manter a paz, uma vez que fortaleciam os vínculos de convivência entre eles. O batismo cristão também foi de grande importância para estabelecer laços de proteção e ajuda.

No quinto capítulo, os autores fazem uso do estudo de Gilberto Freyre para mostrar as diferenças entre as relações de escravos, sendo elas muitas vezes formadas pelo senhor da fazenda, que escolhia com quem os cativos se relacionariam (tudo feito pela igreja, levando em conta o santo sacramento). Porém, da mesma forma com que o senhor formava esses casais, ele os separava, uma vez que eram escravos e podiam ser vendidos ou transferidos para outros planteis. Isso fazia com que a família formada se desestabilizasse e comprometesse a transmissão cultural entre esses cativos.

Já os escravos domésticos podiam escolher seus futuros companheiros e até mesmo serem alfabetizados, tendo menos chances de serem separados no decorrer dos anos. Esse privilégio também cabia aos escravos que exerciam outras atividades especializadas.

Essa separação dos escravos e assim das famílias, possui ligação direta com os senhores dos plantéis e sua interação com o mercado escravo. Tema esse, tratado no sexto capítulo. A estabilidade em que as famílias viviam dependia muito do tempo de vida de seus senhores, uma vez que seus vínculos se formavam após a interação de mais escravos nos plantéis e muitas vezes se desfaziam quando seus senhores faleciam e acontecia a partilha dos bens, que incluía os escravos, entre os herdeiros, por exemplo.

Mesmo com a falta de fontes que indiquem essas partilhas no agro fluminense, foi possível aos autores concluir que nem todas as famílias sofriam com essa desestabilização. O estudo de inventários *post-mortem* evidencia que três a cada quatro famílias permaneciam juntas após a morte de seu senhor. Porém, outros fatores também levavam à separação das famílias, como o aumento do comércio interno de escravos, que separava principalmente as famílias que não possuíam proles.

No sétimo capítulo, os autores trabalham mais detalhadamente sobre como a instauração das famílias escravas era um meio de proporcionar paz aos plantéis e como acontecia esse processo de formação familiar, mesmo daquelas constituídas por pessoas de etnias diferentes.

Por meio dos inventários foi possível identificar o aumento de nascimentos de crianças, filhos de escravos, e como as mulheres, fossem

elas crioulas ou africanas, tinham sua cultura adaptada ao lugar em que viviam, o que implicava diretamente na idade que engravidavam e tinham a criança. É feito um comparativo entre as idades das mulheres inglesas e das mulheres brasileiras livres no período colonial. As mudanças no tempo de procriação também surgiram como uma forma de socorrer a falta de escravos e o desequilíbrio que existia entre a quantia de homens e mulheres em alguns plantéis.

Os arranjos familiares também foram de grande importância, podendo ser formados apenas por um homem e uma mulher ou também por famílias com filhos, sendo esses mais comuns na época de estabilidade do tráfico e desembarque de africanos no Brasil. Porém, mesmo neste momento as uniões entre escravos nem sempre aconteciam da forma planejada, já que muitos povos foram separados e houve a necessidade da junção de pessoas de etnias diferentes em casamentos. Africanos não se identificavam com os crioulos.

No oitavo capítulo, os autores mostram que os laços familiares, embora garantissem a paz nos plantéis, também causou uma desvalorização dos escravos, porém essa se deu pela idade dos cativos, sendo os bebês os mais desvalorizados, uma vez que eram dependentes de suas famílias (mães).

A desvalorização acontecia de modo contrário, uma vez que os escravos mais velhos passam a ser mais valorizados em função de sua experiência de vida cativa, que aumentava o seu poder pacificador e sua capacidade de alargar a sociabilidade no cativeiro para o qual fossem enviados. Essa desvalorização também dependia da quantia de parentes e laços por plantel e do preço do escravo numa questão global.

Os autores concluem a pesquisa com um breve resumo de todos os assuntos tratados nos capítulos, com foco nas famílias e sobre como elas foram importantes para que os escravos formassem resistências em seus cativeiros e assim, dessem algum tipo de significado para suas vidas e situação em que viviam. Os documentos usados para estudo do caso do escravo Marcelino, citado no prólogo do livro, são anexados ao fim do livro.

O livro é escrito em uma linguagem fluída e além do público acadêmico, também é acessível a leigos interessados no tema. Apresenta uma visão esclarecedora, fruto da pesquisa dos autores sobre as relações familiares estabelecidas dentro das senzalas, suas redes de sociabilidades, os diferentes espaços ocupados a partir das qualificações de trabalho, as divergências étnicas e as causas do tráfico negreiro desenfreado, dentre outros aspectos. Com esta leitura o leitor passa a ter uma visão muito mais ampla da complexidade que envia as relações familiares no Brasil escravista.